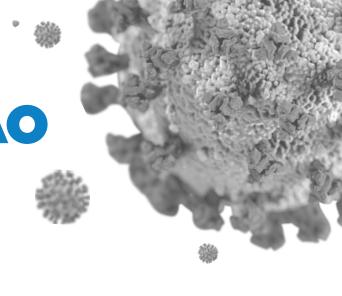


ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DIANTE DO COVID-19



COMO OS GOVERNOS PODEM REAGIR?

Última atualização: 17 de abril de 2020

Com o avanco do COVID-19 em todo o mundo, milhares de escolas foram fechadas e cerca de 368 milhões de criancas deixaram de ter acesso à alimentação escolar¹. A distribuição de alimentos nas escolas representava uma oferta estável e previsível de alimentos para as crianças, contribuindo para melhor nutrição e saúde e para o desempenho acadêmico. Em situações de vulnerabilidade social, a alimentação escolar constitui uma transferência de renda indireta para as famílias, que pode chegar a até 10% do orcamento familiar². Com a suspensão das aulas em quase 200 países¹, essas famílias mais vulneráveis encontram-se duplamente afetadas pela falta de acesso aos alimentos no ambiente escolar, combinada com a diminuição da renda ocasionada pelo declínio das atividades econômicas.

Em razão da importância da alimentação escolar para garantir acesso a alimentos e uma nutrição saudável às crianças, encontrar alternativas adequadas ao contexto de cada país é essencial. Portanto, diversos governos estão reformulando seus programas para assegurar a continuidade da alimentação escolar. As alterações passam pela revisão dos benefícios alocados por criança/ família, até a revisão das modalidades de distribuição para oferta de cestas ou transferência direta de renda. Em muitos países, o governo conta com o apoio do WFP para garantir que os padrões internacionais de saúde e higiene sejam seguidos na distribuiçõa de alimentos - distanciamento entre as pessoas, lavagem de mãos e uso de equipamento de proteção.

O presente documento visa compartilhar algumas dessas experiências para informar tomadores de decisão sobre diferentes modelos que podem ser considerados pelos países para atender às necessidades de alimentação e nutrição das populações, agravadas pelo contexto atual de pandemia. As informações aqui detalhadas foram coletadas junto aos escritórios de país do WFP, pontos focais do Governo do Brasil e fontes de mídia on-line.

É importante reforçar que este não é um documento prescritivo, mas que deve ser usado para fins informativos e de advocacy. As medidas aqui listadas são exemplos de como governos nacionais e subnacionais, juntamente com o WFP, estão adaptando seus programas regulares de alimentação escolar, enquanto enfrentam a pandemia do COVID-19.





Cestas de alimentos

- No **Chile** o governo solicitou apoio de 35 mil manipuladores de alimentos para reorganizar os produtos da alimentação escolar em cestas que serão distribuídas aos alunos. Também foram adotadas medidas específicas para garantir a segurança das pessoas envolvidas, como a priorização das distribuições em espaços ao ar livre, o distanciamento mínimo de dois metros entre os beneficiários e evitar o contato entre a equipe de distribuição e aqueles que recebem as cestas.³
- No **Camboja**, o governo e o PMA reorganizaram a provisão de alimentação escolar para o oferecimento de cestas com arroz para os alunos. Estes receberão um benefício de 10kg de arroz cada quantidade equivalente ao consumo de um mês –, respeitando um limite máximo de 20 kg por família. As cestas serão distribuídas a famílias de alunos bolsistas ou beneficiários do programa de erradicação da pobreza IDPoor.⁴
- Com as escolas fechadas por ao menos um mês, o Governo do **Laos** fará a distribuição de uma cesta de alimentos com o equivalente às necessidades alimentares de um mês dos alunos. Caso as escolas continuem fechadas por um período mais longo, o governo estuda adotar a modalidade de take-home rations.⁵
- O Governo da **Costa Rica** instituiu a distribuição de cestas de alimentos com 9 itens perecíveis e não-perecíveis com duração para 2-3 semanas (arroz, feijão, grão de bico, lentilha, sal, óleo, atum, macarrão e leite).⁶
- · Para manter em funcionamento o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o governo do Brasil autorizou a distribuição de alimentos às famílias dos estudantes na forma de kits. Segundo a nova lei, que vigora desde o início de abril, o dinheiro do PNAE continuará sendo transferido do governo federal para estados e municípios para a compra de alimentos. Os alimentos devem, então, ser imediatamente distribuídos aos pais ou responsáveis pelos alunos matriculados nessas escolas. Os Kits de Alimentos devem seguir as disposições da legislação do PNAE em relação à qualidade nutricional e sanitária, respeitando os hábitos alimentares regionais, a cultura local e devem, preferencialmente, ser compostos por alimentos frescos e minimamente processados.7

Take-Home Rations

alimentos já comprados e armazenados para a alimentação escolar, o governo também decidiu adotar a distribuição de porções de alimentos às famílias dos alunos. Visando sensibilizar as comunidades para a nova forma de operação da alimentação escolar, o governo mobilizou funcionários do Ministério da Educação que agem no nível local.8 • O Malawi é outro país que considera adotar o modelo de take-home rations. Assim, os alimentos seriam distribuídos às famílias nas escolas, seguindo as recomendações internacionais sanitárias e de distanciamento, com apoio do WFP para a garantia de equipamento de proteção e locais adequados para lavagem de mãos.9 No Níger, a alimentação escolar regular também deve ser substituída pela modalidade de THR, particularmente para alimentos com data de validade próxima. Atividades complementares ao programa que impliquem na produção de alimentos e não requeiram aglomeração de pessoas como a manutenção das hortas escolares (para consumo, não para fins pedagógicos) - devem ser mantidas.¹⁰

Transferência de renda

· Paralelamente às medidas do governo federal, os estados do Brasil também anunciam ações para amparar famílias e crianças que dependem da alimentação escolar. O governo do Estado de São Paulo, por exemplo, transferirá R \$ 55 (USD 10) por mês para 700 mil estudantes da rede de ensino estadual, como alternativa à merenda escolar. Os pagamentos serão feitos para famílias de estudantes que vivem em situação de extrema pobreza, identificadas por meio do cruzamento dos dados do Cadastro Único - base de dados do Governo Brasileiro para o programa de transferência de rendas Bolsa Família - com os dados da Secretaria Estadual de Educação. O Distrito Federal também iniciou um esquema de transferência de renda por meio de cartões magnéticos para as famílias de 22 mil crianças de 1 a 5 anos.⁷

Distribuição de refeições prontas

• O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) está incentivando os estados americanos a substituir a alimentação escolar regular pela entrega de refeições prontas aos alunos em pontos de distribuição específicos. Ao mesmo tempo, o Congresso também propôs projetos de lei que visam facilitar o acesso à alimentação das famílias por meio de outros programas sociais na área de alimentação e nutrição.¹¹ • Na Finlândia, as escolas que adotaram o ensino à distância na maioria dos municípios do país (46,1%) estão distribuindo refeições quentes ou frias cinco vezes por semana para os estudantes levarem para casa. Outros municípios fornecem alimentos in natura em cestas semanais (22,2%), distribuem vale-alimentação (9,9%) ou dependem de transferências em dinheiro (5,6%).12



A intenção deste documento é ser atualizada regularmente. Portanto, se você tem uma experiência de país interessante que acredita que possa ser incluída, entre em contato conosco.

- ¹ https://cdn.wfp.org/2020/school-feeding-map/index.html
- https://www.wfp.org/school-meals
- https://www.mineduc.cl/se-inicia-entrega-de-1-millon-600-mil-canastas-de-alimentacion-escolar/
- WFP Camboja
- 5 WFP Laos
- 6 https://www.mep.go.cr/sites/default/files/page/adjuntos/protocolo-general-distribucion-alimentos-centros-educativos-publicos-sus pension-lecciones-raiz-emerg 0.pdf
- Informações validadas pelo Governo brasileiro
- WFP Madagascar
- 10 WFP Níger

- ¹² Finnish National Agency for Education (EDUFI)

O WFP Centro de Excelência Brasil é apoiado por



